



A INDÚSTRIA — Subsídios para candidatos à ECEME

RICARDO JOSÉ PESSOA DE MAGALHÃES

Este artigo constitui uma compilação de notas de estudo organizadas pelo autor, por ocasião de sua preparação para o concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) de 1989, no qual logrou aprovação.

Merece ser atualizado e complementado pelos destinatários para os quais foi escrito.

A matéria foi submetida à apreciação da ECEME, cuja publicação aconselhou.

INTRODUÇÃO

O mundo moderno, dominado pela sociedade de consumo, tem na indústria o mais importante setor da sua economia. Ela provoca o desenvolvimento de atividades que lhe são complementares, como fornecedoras de matérias-primas e de energia; fornece oportunidades de emprego à mão-de-obra, forçando sua qualificação; produz capitais e estimula o desenvolvimento do comércio, dos transportes e dos serviços. Quando provoca a acumulação de capitais em poucas

mãos, acarreta a proletarianização e o empobrecimento da massa trabalhadora. Ela tem sido, também, uma das principais responsáveis pela poluição dos solos, da água e do ar e pela conseqüente degradação do meio ambiente.

Sua importância é tal que coloca países e regiões industrializadas na vanguarda do desenvolvimento, fazendo seus dependentes os que não se industrializarem. Salvo algumas exceções, os países mais desenvolvidos são os industrializados, enquanto os menos desenvolvidos são produtores de alimentos e de matérias-primas.

CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Indústrias de Infra-estrutura

São as que provêm matérias-primas, meios e serviços indis-

pensáveis às atividades de produção. Constituem-se no alicerce para as demais indústrias.

Seus tipos e características podem esquematizar-se da seguinte forma:



Características

CAPITAL	→ capital inicial elevado e retorno demorado
CONTROLE	→ maior número em mãos do Estado
MERCADO	→ são as outras indústrias
TECNOLOGIA	→ não requer muito avanço

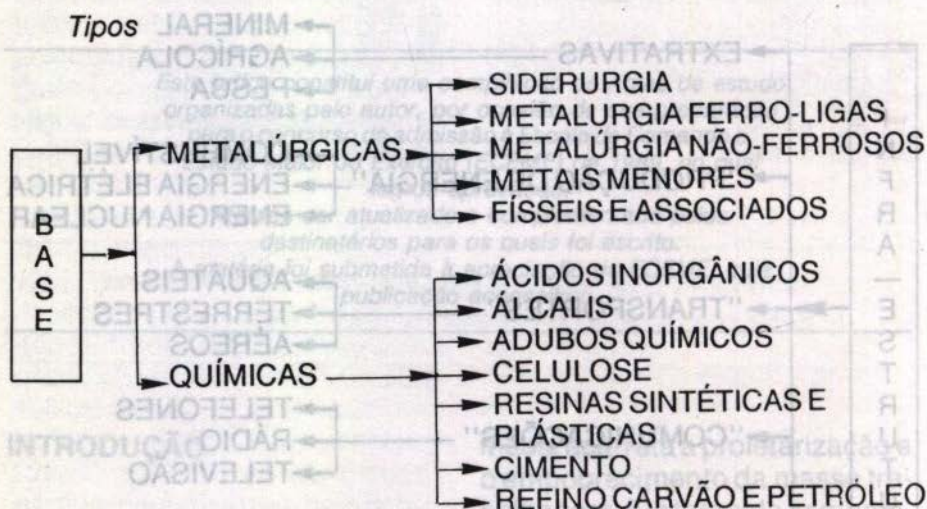
Indústrias de Base

São as que elaboram as matérias-primas e os materiais para serem utilizados pelas indústrias de transformação. Recebem matéria-prima das indústrias de infra-estrutura ou da natureza, e

produzem os bens intermediários para as indústrias de transformação.

São os pilares da indústria de transformação.

Esquemáticamente, seus tipos e características são os que se seguem:

**Características**

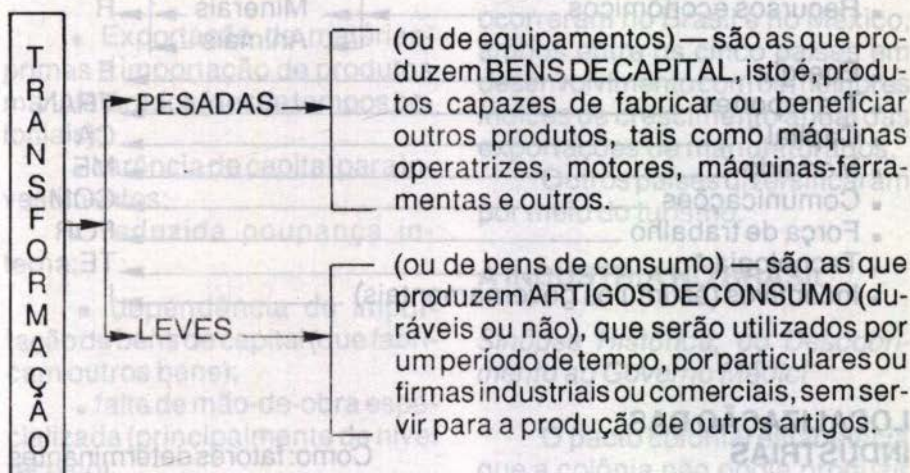
- CAPITAL** —————> requer elevado capital
- CONTROLE** —————> nas mãos do Estado (América Latina)
- MERCADO** —————> são as unidades de transformação
- TECNOLOGIA** —————> nível mais baixo que as de transformação

Indústrias de Transformação

São aquelas que, recebendo matérias-primas das indústrias extrativas, das indústrias de base ou

de ambas, produzem bens destinados à utilização imediata.

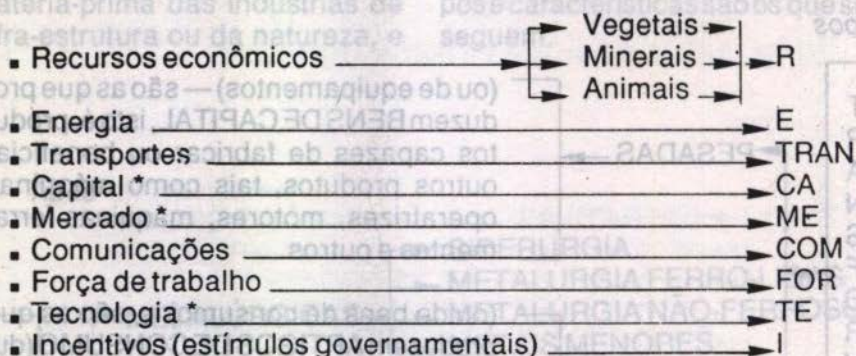
Os esquemas sintetizam seus tipos e características:

Tipos**Características**

CAPITAL	→	exige menos capital inicial
CONTROLE	→	privado
MERCADO	→	população e seu poder aquisitivo (maioria)
TECNOLOGIA	→	quanto maior a tecnologia empregada, mais barato se torna o produto, gerando a competitividade.

FATORES DA PRODUÇÃO

São os requisitos necessários à implantação, expansão e consolidação de uma indústria



LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

É função de vários fatores e o estudo das variáveis que a condicionam é de alta importância.

São fatores condicionantes:

- Transporte Infra-estrutura
- Energia
- Mão-de-Obra
- Matéria-Prima e Fornecedores
- Custo Direto da Instalação
- Facilidade de Crédito e Financiamento
- Facilidade de obtenção de Técnicos e Capatazia de Nível Médio

- Incentivos Fiscais

O governo pode utilizar-se de incentivos fiscais para promover a desconcentração industrial.

numa determinada área. São todos os meios necessários para transformar a matéria-prima em produtos acabados, como abaixo discriminado:

Como: fatores determinantes da concentração industrial no Sudeste brasileiro, podem ser citados:

- o crescimento maior dos mercados nas zonas mais dinâmicas;
- o efeito de atração de indústrias já instaladas (indústria atrai indústria por complementação produtiva);
- a existência de rede bancária e comercialização mais organizada;
- o melhor sistema de transportes, inclusive portos;
- as maiores instalações para o fornecimento de energia;
- a presença de centros formadores de mão-de-obra e tecnologia; e

- a presença de maiores reservas minerais do País.

A INDÚSTRIA NA AMÉRICA LATINA

Características gerais

- Exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados (desde tempos coloniais);
- carência de capital para investimentos;
- reduzida poupança interna;
- dependência de importação de bens de capital (que fabricam outros bens);
- falta de mão-de-obra especializada (principalmente de nível técnico);
- dependência tecnológica;
- mercado interno reduzido;
- instabilidade política (a falta de perspectivas futuras afasta o capital estrangeiro).

Tipos de indústrias

Predominam as de infraestrutura.

Quanto ao controle financeiro, existe os tipos estatal, privado e multinacional.

O Brasil, a Argentina e o México possuem um Parque Industrial bem desenvolvido.

No setor das indústrias de transformação, o Brasil é o mais adiantado em relação aos demais países.

Diversificação de exportações com base no setor industrial

A partir da década de 80, o fator mais dinâmico do comércio da América Latina foi o crescimento de suas exportações industriais.

Os avanços mais notáveis ocorreram no Brasil e no México, ambos entre os cinco países em desenvolvimento com os melhores índices de crescimento anual das exportações de manufaturados.

Outros países diversificaram por meio do turismo.

A INDÚSTRIA NO BRASIL

Sinópsse Histórica, do Descobrimiento ao Governo Médici

O pacto colonial estabelecia que a colônia não podia produzir nada que concorresse com a metrópole. A colônia só podia vender seus produtos para o grupo mercantil metropolitano e só podia comprar as manufaturas vindas da metrópole.

O Brasil, como colônia, preenchia sua função histórica, complementando a economia portuguesa, através da exportação de matérias-primas e gêneros tropicais, e da importação de produtos manufaturados negociados com os burgueses metropolitanos.

Um dos projetos dos conjurados de 1789 era a criação de indústrias no Brasil.

A abertura dos portos brasileiros (1808), permitindo a importação de todos e quaisquer

gêneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros de nações amigas, estava não só de acordo com os interesses ingleses mas, também, com os interesses da aristocracia rural brasileira (maior lucro das exportações e aquisição de mercadorias manufaturadas a baixo preço. Portugal pagaria 16% de taxa alfandegária no Brasil e as demais nações 24% sobre o valor da mercadoria).

D. João decretou o alvará de liberdade industrial no Brasil (1808), revogando o alvará de 1785, de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas no Brasil. Tínhamos a liberdade industrial, faltavam-nos os elementos básicos, tais como: capital, política protecionista, mercado consumidor e mentalidade empresarial.

A Inglaterra dificultava ao máximo as importações de máquinas; o Brasil tinha de ser mercado consumidor, e não mercado produtor concorrente da Inglaterra.

Logo, apesar dos incentivos de D. João à indústria têxtil e à metalurgia, ficamos apenas na possibilidade legal de termos indústria. Tal possibilidade foi liquidada a partir de 1810, pelos privilégios concedidos à burguesia inglesa através dos tratados assinados naquele ano, a saber:

■ *Tratado de Comércio e Navegação* — A Inglaterra obtém uma taxa preferencial de 15%, mais favorável que a de Portugal. O predomínio da Inglaterra nos negócios brasileiros manter-se-á até

1816, quando se equipararão as taxas portuguesas às inglesas;

■ *Tratado de Aliança e Amizade* — D. João sujeitava-se às imposições britânicas, pois disso dependeria a conservação do trono.

Após a Independência, a tradição agrária da economia brasileira foi reafirmada; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando a abolir o tráfico de escravos.

A Inglaterra reconheceu a Independência brasileira em 1825, mediante a renovação dos Tratados de 1810: continuação dos privilégios alfandegários ingleses no Brasil e o compromisso de extinguir o tráfico negreiro até 1830.

A "Lei Alves Branco" marcou o início do desenvolvimento da indústria de bens de consumo no Brasil, sobretudo a de beneficiamento de produtos alimentícios e a têxtil.

A lei foi sancionada na gestão do gabinete liberal, entre 1844 e 1848, caracterizada pelo protecionismo alfandegário que extinguiu as tarifas preferenciais sobre produtos manufaturados ingleses.

Por volta de 1850, ocorreu o primeiro surto industrial, graças às emissões de papel-moeda ao protecionismo originado com a tarifa Alves Branco e ao capital em disponibilidade, a partir da extinção do tráfico negreiro (o dinheiro do

tráfico passou a ser aplicado na indústria).

O Período de 1850 a 1860 foi conhecido como a "Era Mauá". Fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás e 8 de estradas de ferro.

A partir de 1860, quando o governo reduziu as taxas das importações de máquinas, ferramentas, armas e ferragens, as indústrias brasileiras entraram em decadência, não podendo concorrer com os preços estrangeiros.

A partir de 1870, ocorreu novo surto industrial, graças ao capital provindo do setor cafeeiro e ao desenvolvimento do mercado consumidor interno, cujo principal responsável foi o imigrante. Deve-se considerar, porém, que a indústria brasileira encontrava-se em fase de formação, predominando as indústrias de fiação, tecelagem e de alimentos. A industrialização do Brasil só ocorreria no século XX.

Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, afirmando que o País só poderia libertar-se da instabilidade e dos riscos da economia monocultura se desenvolvesse a indústria. Só assim seria possível diminuir a importação, aliviar a balança comercial e alcançar a independência econômica. Tais aspirações nem sempre encontraram boa acolhida nos setores agrários que tinham ampla

representação no Parlamento. Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional.

A política econômica, por ocasião da implantação da República, foi formulada por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda. Ele acreditava ser possível transformar um país que era uma grande fazenda, com uma oligarquia poderosa, em uma nação industrializada, com uma burguesia poderosa. Industrializar o País e realizar a independência econômica, frente ao capitalismo europeu, era o objetivo colimado.

Rui Barbosa tentou alcançar seu objetivo através de algumas medidas econômicas, tais como: aumento das tarifas alfandegárias; facilidade na importação de matérias-primas; estabelecimento de um tratado de comércio com os EUA, buscando, com isso, aumentar as exportações do açúcar brasileiro; emissões de moeda, visando ao aumento do meio circulante e facilidade do crédito, para estimular os negócios e a produção interna.

A política emissionista sem lastro-ouro, mais a política de crédito aberto, criadas por Rui, resultaram numa violenta e numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores. Foi a "Crise do Encilhamento", como ficou conhecida.

Para Floriano Peixoto (1891-1894) era fundamentalmente necessário proteger o setor industrial abalado, nos primeiros

anos da República, pela desenfreada especulação gerada por alguns capitalistas promotores da "Crise do Encilhamento".

Com o objetivo de defesa da indústria nacional, estabeleceu um novo protecionismo alfandegário; isentou do pagamento de taxas alfandegárias as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas; autorizou empréstimos às indústrias; aumentou o meio circulante com novas emissões de moedas e adotou medidas radicais contra a especulação.

A política de saneamento financeiro do governo Campos Sales (1898-1902) trouxe consequências negativas para a indústria nacional.

A redução do crédito, a elevação da taxa cambial (resultando no barateamento dos preços dos produtos estrangeiros), o cancelamento das obras públicas, a diminuição do meio circulante, a elevação e criação de novos impostos e outras medidas radicais provocaram a redução do consumo, a queda do volume dos negócios internos, a recessão no comércio e na indústria, cuja consequência drástica foi o desemprego.

Em síntese, sua política saneou as finanças brasileiras, mas afetou negativamente a indústria e o comércio, além de dificultar sensivelmente a vida das camadas pobres e da classe média urbana do Brasil.

O Governo Afonso Pena (1906-1909) procurou mostrar o progresso do País com a reali-

zação da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da abertura dos portos.

Durante a Primeira Guerra Mundial as indústrias de bens de consumo tiveram grande desenvolvimento, quando nossos fornecedores desses bens ficaram impedidos de atender à demanda do mercado brasileiro, por estarem envolvidos no conflito. A guerra levou o Brasil a diminuir as importações e a aumentar as exportações, o que permitiu um surto industrial para substituir as importações.

Com o crescimento da indústria do Brasil, cresceu de maneira significativa o número de operários que, submetidos a uma política salarial de fome, aumentaram sua luta reivindicatória.

Com a Crise Mundial da década 1920 a 1930, a indústria brasileira em geral foi favorecida. Muitos dos capitais investidos na produção de café passaram a ser aplicados em empresas industriais (redução das exportações). A crise econômica provocou a desvalorização da moeda brasileira, reduzindo sensivelmente seu poder aquisitivo e tornando mais caros os produtos importados do estrangeiro. Isso estimulava a fabricação de produtos similares no Brasil.

A 2ª Guerra Mundial favoreceu a industrialização do País pela conseqüente redução das importações de manufaturados; pela diversificação agrária, com a produção abundante de matéria-

prima, principalmente de algodão; pela desvalorização da moeda e o conseqüente aumento do preço dos produtos importados; pelo aumento do mercado consumidor interno, com a abolição das taxas interestaduais.

É nessa quadra que se desenvolve a Política Econômica Nacionalista e Protecionista de Getúlio Vargas. Desde 1939 que Getúlio e Sousa Costa, seu ministro da Fazenda, preparavam um Plano Quinquenal, que apresentava os seguintes itens principais: uma usina de aço, fábrica de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas de ferro e de rodagem, etc...

Manobrando inteligentemente, Vargas conseguiu um empréstimo de 20 milhões de dólares, do governo dos EUA, iniciando a construção da usina de Volta Redonda, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, que deveria produzir inicialmente 300 mil toneladas de aço por ano.

A partir de 1942, quando as relações Vargas-Roosevelt tornaram-se mais amistosas e aumentaram os empréstimos do Eximbank, o governo federal ampliou os investimentos estatais no plano de infra-estrutura. Nasceu a Companhia Vale do Rio Doce. Estava garantido o controle da matéria-prima para a indústria pesada.

Dentro dessa mesma orientação nacionalista, havia sido criado o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, organismo subor-

dinado diretamente ao chefe do governo.

O Governo Dutra (1946-1951), a partir de 1948, determinou que as importações passariam a depender de uma licença prévia do governo, favorecendo a indústria nacional.

Procurando retomar suas antigas linhas nacionalistas e intervencionista, Vargas, em seu retorno ao poder (1951-1954), voltou-se, em especial, para a petroquímica, siderurgia, transporte, energia e técnicas agrícolas. Sua política econômica estava estruturada no Plano LAFER (Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico).

Em 1951, mandou ao Congresso um projeto de lei para a criação de uma empresa petrolífera de capital misto, com a maioria das ações em mãos do governo, denominada PETROBRÁS. Tal empresa ficaria com o monopólio da perfuração de petróleo e de todas as refinarias, ressalvadas as refinarias já existentes, que teriam permissão de permanecer como propriedade particular. A distribuição dos produtos do petróleo continuaria nas mãos de particulares. Instituiu-se, com isso, o monopólio estatal na extração e refino do petróleo no Brasil.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi uma época de grande desenvolvimento industrial. A produção industrial cresceu 80% nesse período (1956/1960). O surto econômico, denominado nacionalismo desenvolvimentista, di-

ferente do nacionalismo de Vargas, era assentado no capital estrangeiro.

Sua política econômica apoiava-se em 3 fatores básicos:

- existência de um grande mercado interno, com grande oferta de matérias-primas, que possibilitasse maior produção de aço e ferro;

- disposição dos homens de negócios, devido aos incentivos concedidos, principalmente ao capital estrangeiro;

- existência de uma economia mista que possibilitasse, com ênfase, o desenvolvimento da indústria de base.

A industrialização atingiu apenas algumas áreas do País,

produzindo os desequilíbrios regionais.

O Governo Castelo Branco desenvolveu um modelo econômico antiinflacionário conhecido como PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Fundamentou-se na intenção de transformar o Brasil num país industrializado, compatível com os países desenvolvidos.

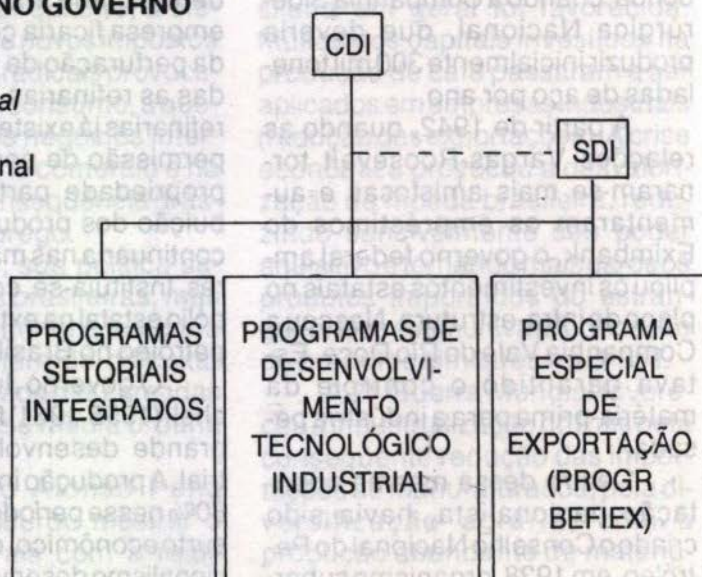
O Governo Médici foi a época do chamado “milagre brasileiro”. Internamente, o “milagre” resultou de um grande desenvolvimento industrial fundamentado na produção de bens de consumo. Enquanto o capital estrangeiro provocava o endividamento externo, altas taxas de crescimento econômico ocorriam devido ao crescimento industrial.

A INDÚSTRIA NO GOVERNO SARNEY

Política Industrial

- Base Institucional

- Mecanismos



■ Finalidades

— Ampliar a capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis, dada a esperada elevação da demanda, em função da política de aumento real de salários, evitando a rigidez de oferta de bens essenciais;

— estimular a ampliação da capacidade produtiva instalada, mantendo uma relação de fatores regionalmente adequada e, dessa maneira, atender às demandas internas e externas da forma mais vantajosa possível;

— incentivar a implantação de setores de alta tecnologia, com legislação adequada à sua consolidação;

— aumentar o poder competitivo da indústria, por meio de incentivos a práticas de redução de custo e de sua modernização;

— aperfeiçoar o controle de qualidade, generalizando sua prática por imposição do respeito às normas técnicas;

— incorporar à atividade produtiva os recursos locais disponíveis e facilitar, assim, a descentralização da produção industrial;

— apoiar sob as mais diversas formas, o segmento constituído de micro e pequenas empresas, pelo papel relevante que representam no cenário econômico e social, principalmente na geração de empregos.

■ Objetivos

— Ampliar o mercado interno;

— aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo;

— obter saldos expressivos na balança comercial;

— investir em tecnologia de ponta;

— descentralizar a indústria;

— combater a inflação;

— criar condições para a retomada dos investimentos no setor;

— modernizar e fortalecer o Parque Industrial;

— reduzir a participação do Estado na atividade industrial.

Estratégias e Ações Preconizadas

■ Implantação de novas unidades e ampliação ou modernização de empresas produtoras de insumos básicos e de bens exportáveis, quando justificadas pelo mercado.

■ Ampliação da produção de bens essenciais de consumo, de insumos e de equipamentos agrícolas.

■ Desenvolvimento tecnológico, de rápido retorno, visando particularmente à eliminação de desperdícios na produção; à absorção e adaptação de novas tecnologias; à difusão do conhecimento tecnológico; à conservação de energia e à modernização de processos produtivos.

As ações estariam voltadas para favorecer os seguintes segmentos industriais:

■ segmentos de alta tecnologia, necessitados de legislação

pertinente e apoio à pesquisa e desenvolvimento;

- segmentos base do desenvolvimento, por produzirem bens de capital e fornecerem insumos básicos;

- segmentos produtores de bens de consumo necessitados de ampliação ou modernização para um atendimento mais adequado do mercado interno;

— Situação

Modelo brasileiro
"SIDERBRÁS"

Empresas Esatais

Iniciativa Privada

— aços planos e não-planos pesados.

— não-planos leves e aços especiais

(A grande dependência de outros setores à siderurgia justificava a proteção do Estado para a

garantia do fluxo de abastecimento).

Empresas
Estatais

— CSN

— USIMINAS

— COSIPA

— CST

— AÇOMINAS

= Companhia Siderúrgica Nacional

= Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

= Companhia Siderúrgica Paulista

= Companhia Siderúrgica de Tubarão

= Aço Minas Gerais S/A

— Perspectivas

— Acréscimo na produção através da expansão e modernização de plantas já existentes.

— Localização de plantas industriais em regiões de menor desenvolvimento relativo, de acordo com estudos de viabilidade técnica

co-econômico-financeira, visando ao desenvolvimento regional e à diminuição de disparidades especiais.

— Localização de uma planta siderúrgica na área de influência da Ferrovia Carajás-Itaqui, voltada principalmente para a exportação, consideradas as seguintes vanta-

gens: proximidade ao minério e ao porto; disponibilidade de energia elétrica; disponibilidade de água e interesse da iniciativa privada.

— Implantação de uma siderúrgica, no setor de laminados planos, no Maranhão (USIMAR), com participação de 30% da União, através da SIDERBRÁS, cabendo o restante a grupos nacionais e internacionais.

— Implantação, no Ceará, de uma usina siderúrgica de porte médio, para atendimento do mercado nordestino.

— Localização de pequenas siderúrgicas ao longo da EF Carajás-Itaqui, em pontos de encontro, denominadas "MINISTEEL", para atender à área de influência da estrada, ficando a cargo da iniciativa privada.

— Implantação de um pólo siderúrgico no sul do País, com uma usina em Santa Catarina (carvão mineral) e Rio Grande do Sul, para a produção de aços planos e laminação de tiras, respectivamente.

— Implantação de um pólo siderúrgico de aços não-planos no Mato Grosso do Sul (carvão vegetal e gás natural).

— *Problemas*

— política cambial irreal;

— política de preços do governo;

— nível de endividamento externo no setor;

— escassez de carvão mineral e o

— obsolescência de plantas instaladas foram os principais problemas encontrados.

■ **Metalurgia dos não-ferrosos:**

O objetivo, no setor, visou à substituição de importações e à busca de excedentes exportáveis.

O Estado atuava somente na produção de cobre, expandindo e beneficiando a empresa Caraíba Metais, único produtor nacional, além de participar, de maneira efetiva, da oferta de alumínio, amparado pelo controle acionário das empresas VALESUL e ALBRÁS.

■ **Alumínio:**

Por poder o País tornar-se um dos maiores produtores mundiais; o governo adotou medidas para incentivar o investimento do setor privado na área.

Projetos em execução: ALBRÁS — Alumínio do Brasil S.A. (participação da CVRD, com 51%, e empresas japonesas) e ALUNORTE — Alumínio do Norte do Brasil S.A. (participação da CVRD e capitais japoneses).

■ **Cobre Metálico:**

Os avanços tecnológicos, visando a substituir o cobre metálico em suas utilizações, favorecendo desta forma a situação brasileira de dependência de importações, determinaram os estudos de viabilidade técnico-econômica da jazida de Salobo, dentro do Projeto Grande Carajás, que indicaram grandes possibilidades de auto-suficiência na década que se inicia.

■ **Indústria Petroquímica:**

— Breve Histórico (principais tópicos)

— Rápido processo de desenvolvimento na década de 70. Auto-suficiência na maioria dos produtos do setor, já em 1980.

— Investimentos alocados principalmente nos pólos petroquímicos de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul (72, 78 e 82, respectivamente).

— Implantação paralela de unidades industriais de porte significativo em Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro.

— Controle nacional das empresas criadas, conjugando esforços do empresariado privado nacional, empresas estrangeiras e governo.

— Absorção de avançada tecnologia.

— Com o crescimento do mercado interno, o saldo líquido da balança comercial caiu.

— Importações concentradas em alguns produtos intermediários e naqueles de química fina ainda não fabricados no País.

— *Diretrizes básicas para o setor*

— Otimização dos requisitos energéticos, nas novas unidades, assim como nas já existentes, através de modificações.

— Manutenção de elevado padrão de segurança e controle ambiental, conforme estabelecido pela política de meio ambiente.

— Incremento da capacitação tecnológica interna e efetiva absorção de tecnologias importadas.

— Promoção e incentivo da concentração empresarial, para

aumentar a capacidade gerencial e técnica do setor. Possibilitar, ainda, o aporte econômico adequado à realização de inversões em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.

— *Plano Nacional de Petroquímica (PNP)*

Com o objetivo de programar adequadamente a expansão e descentralização da produção petroquímica, foi elaborado um plano onde são indicados empreendimentos de primeira e segunda gerações a serem implantados para petroquímica de primeira e segunda geração, no qual se destaca:

— Petroquímica de primeira geração (Produtos básicos: Eteno, Propeno, Butadieno, Benzeno e Metanol).

Ampliação das capacidades anuais de produção das centrais petroquímicas de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, em eteno.

Implantação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, com capacidade de produção de 450 mil ton/ano em eteno. O dimensionamento da central petroquímica deve considerar a disponibilidade de gás natural — utilização de cargas líquidas (nafta e/ou gasolina natural).

Consolidação do pólo cloroquímico de Alagoas, para aproveitamento integral do cloro produzido na região.

Aproveitamento do cloreto de sódio rejeitado no processo de produção de cloreto de potássio pela PETROMISA, em Sergipe, na ex-

pansão da oferta nacional de cloro ou na produção de barrilha.

Equacionamento do problema de suprimento de eteno às unidades de Alagoas e Pernambuco.

— *Petroquímica de segunda geração (Produtos intermediários e finais)*

Compatível com as estimativas de produção de produtos básicos, previsão de implantação de projetos de segunda geração a serem detalhados posteriormente.

Os projetos de segunda geração teriam a sua localização e capacidade determinados de acordo com aspectos econômicos e técnicos.

Investimentos programados no Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, com recursos próprios, empreendimentos privados e recursos estatais.

Recursos de terceiros contarão com financiamento do BNDES e do exterior.

— *Mudanças no Plano Nacional de Petroquímica (PNP)*

A principal mudança foi a transferência da planta de cumeno-fenol-acetona, do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro, entretanto, não deveria ficar sem a sua planta de fenol-acetona. O programa previa uma outra indústria em local a definir. Quando o pólo de Itaqui estivesse pronto, o Rio de Janeiro teria sua unidade desses produtos.

Com o fim do subsídio à alcoquímica, em 1992, o programa previa a implantação de uma nova

unidade de eteno, a partir da nafta (petroquímico), no eixo Bahia-Sergipe-Alagoas, em substituição à planta de eteno alcoolquímico existente na região.

Era, ainda, prevista a expansão das capacidades de produção da central petroquímica de Camaçari (BA) e de Triunfo (RS), em eteno. Quanto à expansão da capacidade de produção da central de Cubatão (SP), permaneceria inalterada.

— *Pólo Petroquímico do RJ*

Vantagem em âmbito nacional: promover a desconcentração industrial do setor; possibilitar maior integração econômica; combater as desigualdades regionais no Rio de Janeiro; e melhorar a produtividade da atividade industrial.

Vantagens no plano regional: consolidação e modernização da economia do estado; proximidade da matéria-prima (petróleo — o estado produz mais da metade da produção nacional); desenvolvimento da infra-estrutura da área em que se localizará o pólo; geração de empregos diretos e indiretos; proximidade do porto para escoamento da produção (Sepe-tiba); duplicação da receita do ICM; e grande mercado consumidor (segundo do Brasil).

ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE)

As ZPE foram concebidas pelo Governo Sarney como áreas de livre comércio com o exterior destinadas à instalação de empre-

sas industriais tendo, por objeto social, a produção de bens orientada para o mercado externo.

Teriam por finalidades: fortalecer o balanço de pagamentos, reduzir os desequilíbrios regionais e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País. Somente poderiam ser instaladas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

Objetivos: promover o desenvolvimento regional; atrair tecnologia externa; gerar novos empregos; e modernizar, pelo aumento da competitividade e integração da economia brasileira com a dinâmica economia mundial.

Características principais:

— as empresas instaladas nas ZPE poderiam importar produtos sem pagar qualquer tributo;

— todas as importações e exportações de produtos da área de computação seriam regidas pela Lei de Informática. O decreto de sua criação não definia se os projetos seguiriam tal legislação, podendo gerar descumprimento da Lei;

— nas exportações, as indústrias das ZPE deveriam recolher imposto de renda de, no máximo, 6%, sendo a alíquota vigente para todas as exportadoras, a partir de 1989;

— as remessas de lucros, royalties e outros rendimentos seriam isentos de imposto de renda e, em compensação, as empresas não teriam qualquer cobertura cambial do Banco Central;

— as empresas deveriam assumir um compromisso de gasto mínimo (30%) no País, referente a salários, produtos e insumos nacionais;

— do total produzido nas ZPE, as empresas poderiam internar até 10% no mercado brasileiro. Tendo isenções fiscais, constituir-se-iam em concorrência desleal com as indústrias nacionais já instaladas no país;

— a possibilidade de venda de 10% da produção no mercado interno, assim como a perspectiva de compra de parte dos insumos na própria região, seriam fatores de dinamização e desenvolvimento regional;

— o projeto pretendia desenvolver a tecnologia nacional, já que grande percentagem da produção teria que ser exportada, competindo no mercado internacional e, conseqüentemente, obrigando a indústria nacional a desenvolver seus produtos. Provocaria, ainda, a indústria nacional para competir com a parte da produção internada (até 10%), pelas empresas das ZPE;

— o decreto de criação das ZPE proibia as empresas instaladas de terem filiais, constituírem firmas individuais ou participarem em outras indústrias fora da ZPE;

— os estados, municípios ou a iniciativa privada poderiam propor criação de ZPE no Norte ou Nordeste, exclusivamente.

As ZPE constituíam-se em um novo aliado ao sistema de incentivos fiscais ao Norte e Nordeste, po-

deriam representar uma contribuição efetiva ao processo de desenvolvimento regional, a perspectiva de introdução, na região, de poupança externa e, especialmente, de tecnologia avançada, criar oportunidades de emprego e integrar-se com as demais atividades industriais regionais.

Os municípios, podendo propor a instalação de ZPE, independente da aprovação do estado onde se localizam, poderiam gerar polêmica, já que a infra-estrutura depende de obras e serviços de concessionárias estatais (energia elétrica, água e esgotos).

Os primeiros projetos previstos foram de produção de alumínio, demandando muita energia elétrica, escassa no Norte e Nordeste. Dependendo do volume de projetos, a União teria que construir novas hidrelétricas.

AZPE poderia ser uma contribuição complementar de capital estrangeiro, sempre bem-vindo.

O Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportações já aprovava a criação de cerca de dez ZPE. Entre elas, podemos citar as do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins

(Araguaína), Bahia (Ilhéus), Sergipe (Nossa Senhora do Socorro) e Ceará.

O projeto encerrava grandes perspectivas econômicas, políticas e sociais para todo o País.

Principais óbices encontrados para sua implantação: decretos regulamentadores das obrigações e restrições; nova Constituição (nacionalista e xenófoba); reservas de mercados (restringem setores de atuação); falta de recursos para investimentos em infra-estrutura; escassez de energia elétrica; proibição de abertura de filiais em áreas fora das ZPE; e falta de mão-de-obra especializada local e a instabilidade política econômica do governo Sarney.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. São Paulo: Atlas, 1987.
- SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.
- Programa de ação do Governo (PAG) — Nova República.
- Informativos nº 17, 18, 19, 20 e 21 da ECEME.
- Publicações da ECEME.
- Reportagens publicadas no Jornal "O Globo", durante o ano de 1989.



RICARDO JOSÉ PESSOA DE MAGALHÃES — é Major do Exército, da Arma de Infantaria. Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, de Manutenção de Armamentos da Escola Material Bélico, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Técnica de Ensino do CEP. Possui ainda o curso civil de Administração de Empresas da UGF.